

ACTAS DEL XII CONGRESO DE ARCHIVOLOGÍA DEL MERCOSUR

TOMO 3 **TÉCNICAS
ARCHIVÍSTICAS**



RED de ARCHIVEROS
graduados de Córdoba

XII Congreso de Archivología del Mercosur

"Archivos y Archiveros en la Sociedad del Conocimiento"

Sofia Y. Brunero
Mariela A. Contreras
Florescia Moyano
Juan Thomas
Compiladores



Editorial de la Red de Archiveros Graduados de Córdoba

Actas del XII Congreso de Archivología del MERCOSUR / Angelly Arancibia Noriel ... [et al.] ; compilado por Sofía Brunero ... [et al.]. - 1a ed . - Córdoba : Redes, 2017.

Libro digital, PDF

Archivo Digital: descarga y online

ISBN 978-987-46377-3-4

1. Archivología. 2. Gestión de Archivos. 3. Acceso a la Información. I. Arancibia Noriel, Angelly II. Brunero, Sofía, comp.
CDD 027

Fecha de catalogación: octubre 2017

Compiladores: Sofía Y. Brunero, Mariela A. Contreras, Florencia Moyano, Juan Thomas.

Diseño de portada: Noelia Garcia



Redes

Editorial de la Red de Archiveros Graduados de Córdoba

Mail: editorial.ragcba@gmail.com

Página web: redarchiveroscordoba.com/editorial/redarchiveroscordoba.com



El acceso a los archivos en la sociedad del conocimiento. Apreciaciones desde la Argentina del siglo XXI, por REDES – Editorial de la RED DE ARCHIVEROS GRADUADOS DE CORDOBA se distribuye bajo una Licencia Creative Commons Atribución – No Comercial – Sin Obra Derivada 4.0 Internacional.

ISBN 978-987-46377-3-4



9 789874 637734

Eje Temático
Técnicas Archivísticas

Coordinadora: Ana Celia Navarro de Andrade (Brasil)

Relatora: Sofia Y. Brunero (Argentina)

Mauricio Vázquez Bevilacqua (Uruguay):

Archivos y archivología en américa latina: una aproximación empírica.----- pág. 5

Vicent Giménez-Chornet, José Rodolfo Hernández-Carrión y Rafael Soler-Muñoz (España):

Planteamientos sistémicos para una gestión eficiente de los archivos. ----- pág. 20

Renato De Mattos (Brasil):

Império sobre papéis: análise tipológica dos documentos administrativos do governo joanino (1808-1821).----- pág. 34

Fernanda Bouth Pinto y Clarissa Schmithdt (Brasil):

Classificação Funcional X Classificação por assunto: análise de metodologias para classificação de documentos no Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas – INI/FIOCRUZ.----- pág. 45

Thiago Henrique Bragato Barros y Glenda da Rocha Monteiro (Brasil):

Classificação e Descrição Arquivística enquanto um processo de representação: Histórico, Princípios e Procedimentos.----- pág. 61

Daniel Di Mari (Argentina):

La importancia de proponer Tablas de Conservación y Destino Final en Archivos Públicos.--- pág. 78

Thiago Henrique Bragato Barros y Wanessa Rodrigues Martins (Brasil):

A sociolinguística e a função finalística da representação do conhecimento arquivístico: uma abordagem teórico-conceitual inicial.----- pág. 92

Emiliano Patetta (Uruguay):

Desafíos de la primera experiencia profesional entre la teoría y la práctica.----- pág. 102

Georgina Virginia Ferrara y Daniela Paula Rodriguez (Argentina):

¿Archivos de redacción o Centros de Documentación Periodística? La importancia y problemáticas de su tratamiento archivístico.----- pág. 114

Maria de Fátima Cruz Corrêa, Evelin Mintegui (Brasil):

Vantagens da metodologia de identificação arquivística na construção de planos de classificação.----- pág. 131

Alexandre Faben, Ana Célia Rodrigues (Brasil):

Identificação arquivística como metodologia para o estudo da gênese do documento cartorial: análise tipológica aplicada ao tratamento técnico de registro civil de óbito.----- pág. 142

Evelin Melo Mintegui, Bruna de Ávila da Silva (Brasil): <i>A aplicação da metodologia de identificação arquivística na criação de um plano de classificação - o caso do ogmo de rio grande.</i> -----	pág. 154
Lucía Rincón Linos (Argentina): <i>Abordaje de un Tipo Documental no convencional: Identificación, Análisis y Sistematización de datos.</i> -----	pág. 164
Leticia Joaquin (Argentina): <i>Procedimientos para el tratamiento del material de archivo incluido dentro de colecciones de libros: el caso Floreal Ferrara en la Biblioteca Nacional Mariano Moreno.</i> -----	pág. 181
Roberta Pinto Medeiros (Brasil): <i>Descrição e difusão arquivística: relato da experiência do tratamento de uma coleção de rótulos de pescado.</i> -----	pág. 196
María Eugenia Mena Concha, Natalia Ríos Martínez (Chile): <i>Método de Diagnóstico de Estado de Conservación del Fondo Colonial Real Audiencia, del Archivo Nacional de Chile.</i> -----	pág. 207
Maria Lúcia Ricardo Souto, Rosanara Pacheco Urbanetto (Brasil): <i>A preservação documental no arquivo histórico de Porto Alegre sob a ótica do gerenciamento de riscos.</i> -----	pág. 220
Andrea Gonçalves dos Santos (Brasil): <i>O acesso e difusão da memória institucional através da descrição arquivística e do software libre.</i> -----	pág. 235

O ACESSO E DIFUSÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL ATRAVÉS DA DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA E DO SOFTWARE LIVRE

Andrea Gonçalves dos Santos¹

Resumo

Este trabalho tem por objetivo a gestão, preservação e difusão dos fundos documentais custodiados pela Coordenação de Arquivo Geral da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, localizado no Estado de Rio Grande do Sul, Brasil. Para isto se realizou a gestão dos fundos documentais (arranjo e descrição) das primeiras faculdades que deram origem à instituição, dando ênfase à Faculdade de Direito Clovis Bevilacqua e dos setores administrativos até 1977. Foram observados o Princípio da Proveniência, da Ordem Original e da Teoria dos Fundos que permitiram identificar o documento a seu produtor, assim como os princípios de organicidade, unicidade, indivisibilidade e cumulatividade. Adotou-se a visão minimalista para definir o fundo, ao verificar uma linha de administração de caráter descentralizadora, similar à adotada pelo sistema político-administrativo do país. Assim, utilizou-se a Norma Brasileira de Descrição Arquivística - Nobrade e foram disponibilizados através de um software livre para descrição arquivística de documentos (ICAtoM), supervisionado pela equipe da Coordenação de Arquivo Geral. Desenvolvido com base na ISAD(G), ISAAR(CPF) e ISDIAH do Conselho Internacional de Arquivos - ICA, o software pode ser usado por uma única instituição para sua própria descrição, ou pode ser definido como uma “lista de união”, aceitando descrições de qualquer número de instituições arquivísticas. A utilização deste software para descrição de documentos arquivísticos e a difusão dos fundos em ambiente virtual é um marco no âmbito institucional, que permitirá ao pesquisador, detectar, preliminarmente, a existência e localização de documentos de seu interesse, garantindo o pleno acesso aos documentos, bem como sua visualização a través de estrutura do software.

Palavras-chave: Arranjo; Preservação; Acesso; Software livre.

APRESENTAÇÃO

Este trabalho tem por objetivo a preservação, acesso e difusão dos fundos documentais fechados custodiados pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG, com ênfase na Faculdade de Direito Clovis Bevilacqua, antes da sua incorporação à Universidade do Rio Grande, atualmente Universidade Federal do Rio Grande – FURG. O acervo foi descrito de acordo com a Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE e, pronto será disponibilizado através de um software livre para descrição arquivística de documentos (ICA-AtoM), supervisionado pela equipe da Coordenação de Arquivo Geral da instituição.

¹ Universidade Federal do Rio Grande – FURG, andreasantos@furg.br

1. A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG

Na segunda metade do século XX o município do Rio Grande revelava uma carência de escolas de nível superior, isto provocava a evasão de um número significativo de estudantes, que se dirigiam a outros centros em busca de continuidade para seus estudos. Depois de concluídos seus estudos, essa força jovem raramente retornava à sua cidade de origem a fim de participar do seu processo histórico, cultural e socioeconômico.

Para mudar esta realidade surgiu um movimento cultural visando a criação de uma Escola de Engenharia² na cidade. Isto se justificava pelo elevado número de profissionais na área e pelo parque industrial que já existia em Rio Grande. Na época, a escola deveria ter uma entidade mantenedora, uma Fundação de Ensino Superior, como exigência do Ministério da Educação e Cultura. Assim, no dia 8 de julho de 1953, foi instituída a Fundação Cidade do Rio Grande³. Assim, a Fundação Cidade do Rio Grande adquiriu o terreno e iniciou a construção do prédio próprio para a Escola de Engenharia Industrial, no local onde atualmente está instalado o IFRS⁴. A primeira célula mal havia fecundado e novas necessidades já impulsionavam o surgimento de outras unidades de ensino superior.

A Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas surgiu pela Lei Municipal nº 875, de 22 de julho de 1956, e foi autorizada a funcionar pelo Decreto nº 43.563, de 24 de abril de 1958. Um ano mais tarde, em 1959, foi iniciado um movimento visando à instalação de uma Escola de Direito em Rio Grande, a ser mantida financeiramente pela Mitra Diocesana de Pelotas.

Através do Decreto nº 47.738, de 2 de fevereiro de 1960, foi autorizado o funcionamento da instituição, que recebeu o nome de Faculdade de Direito "Clóvis Bevilacqua" e reconhecida através do Decreto nº 56.461, de 14 de junho de 1965, da Universidade Católica de Pelotas, com funcionamento em Rio Grande. Devido ao número crescente de interessados que almejavam outros cursos de nível superior, em 19 de janeiro de 1961, através do Decreto nº 49.963, é autorizado o funcionamento dos cursos de Filosofia e Pedagogia, que funcionaria na Escola Normal Santa Joana d'Arc.

² O funcionamento da Escola de Engenharia Industrial foi autorizado pelo Decreto nº 37.378, de 24 de maio de 1955, reconhecida pelo Decreto nº 46.459, de 18 de julho de 1959, e federalizada pela Lei nº 3.893, de 02 de maio de 1961, como estabelecimento isolado

³ Como a Escola de Engenharia não possuía um local adequado para seu funcionamento, foi na Bibliotheca RioGrandense que as aulas eram ministradas. O corpo docente do curso trabalhava gratuitamente e realizavam as aulas práticas diretamente nas indústrias e entidades públicas da cidade.

⁴ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.

Assim, em 1964 era autorizado o funcionamento do Curso de Letras (com habilitação para inglês e francês); dois anos mais tarde entrava em funcionamento o curso de Matemática; em 1967 instalavam-se os cursos de Ciências e Estudos Sociais. Nesse mesmo ano, o Conselho Federal de Educação reconhecia a Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande, através do Decreto n° 61.617, de 3 de novembro de 1967.

Diante a expansão dos cursos, no dia 1° de agosto de 1967, a Faculdade e o Estado do Rio Grande de Sul através de convênio, se desloca para o Instituto de Educação Juvenal Miller. Em 11 de março de 1966 é autorizado o funcionamento da Faculdade de Medicina do Rio Grande⁵, por meio do parecer 170 do Conselho Federal de Educação. Para que fosse possível o ensino médico na cidade, a faculdade assinou convênios com a Sociedade de Medicina do Rio Grande, a Casa da Criança Dr. Augusto Duprat, a Sociedade Portuguesa de Beneficência, a Associação Espírita do Hospital Dr. Guahyba Rache, o Ipiranga Atlético Clube, o Laboratório Cuello Lopes e o Clube de Regatas Rio Grande.

Em 1968, através da Lei n° 5.540, de 28 de novembro de 1968, que fixava as normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, era exigência que os estabelecimentos isolados de ensino superior deveriam, sempre que possível, incorporar-se a universidades ou congregar-se com estabelecimentos isolados da mesma localidade ou localidades próximas (BRASIL, 1968).

Foi assim que no dia 20 de agosto de 1969, o Decreto-Lei n° 774 autorizou o funcionamento da Universidade do Rio Grande – URG, assinado pelo então Presidente da República Arthur da Costa e Silva. Seu estatuto foi aprovado no mesmo ano através do Decreto n° 65.462, de 21 de outubro, sendo nomeado como Reitor o Professor Adolpho Gundlach Pradel. Sua mantenedora, a Fundação Universidade do Rio Grande, era uma entidade jurídica de direito privado e sem fins lucrativos. Desta forma, a URG é formada pelas unidades que tinham os cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação. A Faculdade de Medicina do Rio Grande só foi incorporada após seu reconhecimento, em 1971.

Durante a década de 70 foram criados os cursos de Oceanologia, Medicina e Engenharia Civil. Foi implantado o Projeto Atlântico, cujo principal objetivo era o desenvolvimento da pesquisa tecnológica na região oceânica sul-brasileira. Na época, a FURG recebeu da Fundação Cidade do Rio

⁵ As salas de aula e a Biblioteca da Saúde foram instaladas nos fundos da Associação de Caridade da Santa Casa de Misericórdia do Rio Grande (ACSCRG).

Grande o Museu Oceanográfico. Foram inaugurados os primeiros prédios da Base Oceanográfica Atlântica e implementados os cursos de Engenharia de Alimentos e o Mestrado em Oceanografia Biológica, o primeiro curso de pós-graduação *stricto sensu* da instituição.

Durante a década de 80, foram implantados os cursos na cidade de Santa Vitória do Palmar. Em 1987, a instituição passa à condição de Fundação Pública, com seu funcionamento custeado por recursos da União Federal. A Universidade assume como vocação institucional o Ecosistema Costeiro, que orientará as atividades de ensino, pesquisa e extensão. As décadas seguintes evidenciam o crescimento da FURG, mais de 11.000 alunos ingressantes por ano, distribuídos em mais de 110 cursos (graduação e pós-graduação), mais de 670 docentes efetivos e 1.000 técnicos⁶ ocupando mais de 112.028,60 m².

2 A ARQUIVÍSTICA E A GESTÃO DE DOCUMENTOS

RAMÍREZ ACEDES (2011) afirma que a arquivística é uma ciência que se está consolidando por seus próprios méritos e por suas funções, cada vez mais amplas, tanto empíricas como científicas, que está desenvolvendo. Deve-se estudar sob a perspectiva das ciências humanas, ao basear-se em servir às necessidades informacionais específicas do homem.

Assim, para que uma ciência seja aceita como tal deve cumprir três requisitos fundamentais: ter um objeto de estudo, este objeto deve ser estudado para procurar um conhecimento por causas, estabelecer leis universais ou pesquisar uma verdade e, finalmente, deve ter um método próprio. O objeto de estudo da Arquivística para a autora, se encontra nos fundos documentais e nos arquivos que os custodiam tratando de resolver, de forma doutrinária, como se formam, se organizam e se conservam. BELLOTTO (2002) acrescenta ao fundo documental citado anteriormente, dois objetos físicos da Arquivística: o documento em si mesmo e o arquivo como entidade.

Com referência ao método, alguns autores o denominam como tratamento documental, que consiste no conjunto de operações e tarefas que se aplicam aos documentos em cada uma das fases do ciclo vital. Para BELLOTTO (2002) o tratamento documental se realiza através de metodologias e aplicações práticas, que a levam a atingir seu fim: dar acesso à informação, mais especificamente à informação arquivística, de cunho jurídico e/ou administrativo.

⁶ Conforme dados do Boletim Estatístico 12 – Base de dados 2007/2011, 22º Edição. Disponível: <http://www4.furg.br/paginaFURG/arquivos/menu/000000342.pdf> Acesso em 29 set 2013.

Todo tratamento arquivístico deve considerar e respeitar o princípio da proveniência⁷, também chamado de princípio do respeito aos fundos. COUTURE e ROUSSEAU (1998) e BELLOTTO (2002) indicam como princípios fundamentais da Arquivística, a teoria das três idades e o princípio da proveniência. Um documento de arquivo só tem sentido se relacionado ao meio que o produziu. Seu conjunto deve refletir suas atividades-meio e suas atividades-fim. Um fundo de arquivo baseia-se na origem do documento: o que ele representa no momento da sua criação, como instrumento que possibilitará a consecução de uma atividade dentro de uma função que cabe ao órgão gerador no contexto administrativo no qual atua (BELLOTTO, 2004).

Seguindo a corrente da Arquivística integrada, se ocupa simultaneamente do valor primário e do valor secundário do documento. Isto permite assegurar a unidade e a continuidade das intervenções no âmbito de uma política de organização de arquivos, tendo como objetivos: garantir a unicidade e a continuidade das intervenções do arquivista nos documentos de um organismo e permitir as atividades numa política de organização de arquivos (legislação, programas).

Assim, a Arquivística Integrada contempla todo o ciclo vital dos documentos e sob esta perspectiva destaca-se a classificação desde sua criação/produção até seu destino final, guarda permanente ou eliminação. Intimamente relacionado à teoria das três idades e ao ciclo vital dos documentos, a descrição começa no processo de classificação, continua na avaliação e se aprofunda nos instrumentos de busca mais específicos. Ela colabora com a gestão de documentos⁸, na produção, avaliação e classificação dos documentos de arquivo.

A gestão de documentos oferece as condições necessárias a avaliação e a classificação de documentos. Seu principal objetivo é garantir a guarda ordenada de documentos, sua conservação e, principalmente seu acesso. Esta gestão somente será factível através da implantação de um sistema de arquivos⁹. Neste sentido, três ferramentas atuam na gestão documental respectivamente como eixo do sistema de arquivos resultantes dos procedimentos de classificação, avaliação e descrição: o plano de classificação, a tabela de temporalidade e inventário de documentos.

O plano é considerado a estrutura hierárquica e lógica que reflete as funções da organização. A tabela de temporalidade fixa os prazos de guarda e determina seu armazenamento definitivo ou

⁷ Segundo este princípio “o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras”. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 136)

⁸ Conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente ou intermediária, visando sua eliminação ou recolhimento” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 100).

⁹ Conjunto de arquivos que, independentemente da posição que ocupam nas respectivas estruturas administrativas, funcionam de modo integrado e articulado na persecução de objetivos comuns (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 156).

eliminação de acordo com seus valores administrativo, jurídico, fiscal e histórico. O inventário descreve cada uma das séries e dos documentos e indica onde estão conservados. Neste sentido, JILEK (s/d apud BELLOTTO, 1989, p. 23-24) aponta como principal função dos arquivos universitários é num primeiro momento o de reunir, processar, difundir e conservar os documentos relativos à administração, tornando possível seu acesso. Num segundo momento é fornecer à administração superior as informações requeridas no menor tempo possível.

3 O TRATAMENTO DOCUMENTAL NA FURG

A preocupação com a gestão documental, as massas documentais acumuladas e a preservação da memória institucional não foram recentes na FURG, porém desde a sua criação, em 1969, a instituição não contou com políticas arquivísticas que contemplassem o conjunto de ações e procedimentos necessários ao tratamento de seus documentos. Em muitos setores da instituição, as massas documentais acumuladas se assemelhavam a “depósitos”. Neles eram armazenados aquilo que era considerado desnecessário manter próximo aos locais de trabalho. Não existia organicidade, nem recolhimentos periódicos ou qualquer tipo de controle do fluxo. A transferência se dava, principalmente, por questões relacionadas com o espaço físico e com o encerramento do ano em que os documentos foram produzidos ou recebidos.

Em 2008, com a criação e implantação do Curso de Arquivologia e contratação de arquivistas para o quadro de servidores da instituição viabilizado pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), esta realidade começou a mudar, dando-se início aos primeiros movimentos para a estruturação do sistema de arquivos e gestão documental da FURG, alinhado com a política nacional de arquivos, alicerçado nas teorias, princípios e métodos arquivísticos.

Em 2010 é criado oficialmente o Arquivo Geral, enquanto unidade da Universidade Federal do Rio Grande – FURG¹⁰. Em 2009 é criada a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da FURG (CPAD/FURG) através da portaria da PROPLAD n° 2.715/2009. Tem como atribuições a responsabilidade de orientar e realizar o processo de análise, avaliação e seleção da documentação produzida e acumulada no âmbito da FURG, tendo em vista a identificação dos documentos para guarda permanente e a eliminação dos destituídos de valor secundário, assim como também, o

¹⁰ Criado através da portaria n° 2.109, de 4 de novembro de 2010 que oficializa o regimento interno da Reitoria, sendo órgão subordinado a Pró-Reitoria de Planejamento e Administração (PROPLAD).

encaminhamento das propostas resultantes do processo de avaliação na instituição para o Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ, conforme a Legislação Federal.

3.1 Identificação dos fundos documentais

Devido à complexidade da organização funcional, o volume documental produzido e a posição hierárquica que ocupam diversos órgãos que compõem a Universidade, é necessária a realização desta pesquisa para identificar seus fundos documentais, que possibilitarão a gestão documental. Desta forma, pretende-se elaborar um quadro de fundos para a Universidade Federal do Rio Grande – FURG, de forma a contemplar todas as mudanças e características da organização e alinhadas nas orientações da Arquivística.

Está sendo realizada uma revisão bibliográfica, utilizando também a pesquisa na internet referente a princípios arquivísticos, apropriação e entendimento da definição de fundo, estudo da legislação e dos sistemas de arquivos vigentes. Os temas serão abordados em forma de grupo de estudos reunindo técnicos, docentes e discentes. A partir dos estudos a serem realizados e considerando a estrutura organizacional da instituição pretende-se elaborar um quadro descritivo dos fundos abertos da FURG. Estudos preliminares nos permitiram identificar alguns fundos fechados dos abertos, estabelecendo as diferentes variações de competências, que DUCHEIN (1986) aponta como problema decorrente destas: a supressão, a criação, a transferência e a competência temporária.

Dentre as soluções, o autor aponta as seguintes: caso exista uma evidente e total continuidade de competência entre o organismo extinto (A) e o novo (B) que o sucede, pode-se concluir que se trata de uma simples troca de nome e/ou de uma pequena modificação. Assim o fundo A não está fechado, mais muda simplesmente de nome. Se um órgão extinto transfere suas competências (C) a outro (D), que já existia antes da supressão de C, o fundo C fica fechado e o fundo D lhe dá continuidade, permanecendo distinto daquele. Finalmente se um novo órgão é criado (E) para exercer as competências de vários órgãos extintos (F, G, H), estes fundos são fechados e o fundo E os sucede, diferenciando-se deles.

Assim acontece com os fundos identificados entre o período de 1956 a 1969, ano da criação da Universidade do Rio Grande – URG: a Escola de Engenharia Industrial, a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, a Faculdade de Direito Clovis Bevilacqua, a Faculdade Católica de Filosofia de

Rio Grande e a Faculdade de Medicina de Rio Grande, o Colégio Técnico Industrial¹¹ e Colégio Técnico Comercial Fernando Freire¹². Entre 1969 e 1972, a Escola de Engenharia Industrial converte-se na Faculdade de Engenharia Industrial e a Faculdade Católica de Filosofia do Rio Grande em Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, onde perdura até 1973 com o surgimento dos centros em 1977.

3.2 Classificação e avaliação

Quanto aos procedimentos de classificação e avaliação, a FURG adota dos códigos complementares: o código de classificação de documentos de arquivo relativos às atividades-meio da Administração Pública e o das atividades-fim das Instituições Federais de Ensino Superior. O Código de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública: Atividades-Meio, foi aprovada através da resolução n° 14, de 24 de outubro de 2001, do CONARQ, como um modelo a ser adotado nos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR. No âmbito do SIGA¹³, vinculado à Subcomissão do Ministério de Educação (MEC), conhecido como SIGA-MEC, o Código de classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às Atividades-Fim das Instituições Federais de Ensino Superior foram aprovados pelo Diretor-Geral do Arquivo Nacional, através da portaria n° 092, de 23 de novembro de 2011.

Nestes códigos de classificação, as funções, atividades, espécies e tipos documentais genericamente denominados assuntos, encontram-se distribuídos hierarquicamente de acordo com as funções e atividades desempenhadas pelo órgão. Estes instrumentos adotam o modelo de código de classificação decimal, isto é, um código numérico dividido em dez classes e estas, por sua vez, em dez subclasses e assim sucessivamente¹⁴.

Estes códigos numéricos refletem a subordinação dos subgrupos ao grupo, do grupo à subclasse e desta, à classe. Esta subordinação é representada por margens, as quais espelham a hierarquia dos assuntos tratados. A transferência e/ou recolhimento está condicionado ao volume da documentação a ser encaminhado à Coordenação de Arquivo Geral, devido ao espaço físico existente. Nesta fase são

¹¹ Ligado à Escola de Engenharia Industrial.

¹² Ligado à Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas.

¹³ Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo da Administração Pública Federal.

¹⁴ As dez classes principais são representadas por um número inteiro composto de três algarismos, que iniciam em 000 até 900. As classes principais correspondem às grandes funções desempenhadas pelo órgão. Elas são divididas em subclasses e estas, por sua vez, em grupos e subgrupos, os quais recebem códigos numéricos, seguindo-se o método decimal.

priorizados documentos que esgotaram seu prazo de guarda e encontram-se aptos para a eliminação, conforme as tabelas de temporalidade utilizadas.

3.3 Arranjo e descrição

Para começar a identificar os fundos documentais fechados, foi necessário o levantamento da legislação (exame dos estatutos, regimentos, regulamento, normas e demais documentos constitutivos da instituição) e da estrutura organizacional (organogramas). Desta forma, se compreende a origem, funcionamento e transformações político-administrativas que ocorreram na instituição. Com relação aos acervos, aplicou-se o Princípio da Proveniência, que permitiu identificar o documento ao seu produtor, mantendo sua individualidade dentro do contexto orgânico de produção.

Das extintas unidades de ensino que deram origem à FURG, só a Escola de Engenharia Industrial e a Faculdade de Medicina do Rio Grande pertenciam à Fundação Cidade do Rio Grande. A Faculdade de Direito Clóvis Bevilacqua e a Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande pertenciam à Universidade Católica de Pelotas e a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas era mantida pela Prefeitura Municipal da cidade.

Após a unificação, o primeiro estatuto da URG foi aprovado em 21 de outubro de 1969, através do Decreto nº 65.462. Desde a sua criação até fins de 1972, a instituição esteve estruturada no modelo tradicional, constituída pelas Faculdades que lhe deram origem. Em 1973 é modificada sua estrutura, a análise do organograma mostra a existência de poucos órgãos como responsáveis pelas atividades meio e fim e passam a existir cinco centros¹⁵. Sua estrutura foi aprovada pelo Parecer nº 135/72 do Conselho Federal de Educação, homologado em 03 de fevereiro de 1973 e obedecia à Lei nº 5.540 da Reforma Universitária¹⁶.

Através da Portaria nº 325/MEC, de 24 de abril de 1978, é aprovada a nova redação do Estatuto da URG, onde desaparecem os Centros e surgem os Departamentos, ligados diretamente à Sub-Reitoria

¹⁵ Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Centro de Letras e Artes, Centro de Ciências do Mar e Centro de Ciências Biológicas e da Saúde

¹⁶ Conforme Germano (1994 apud BATTISTUS et. al., 2006) esta reforma tinha como objetivo a extinção do sistema de cátedras, a organização departamental, a divisão do currículo escolar em dois ciclos (básico e profissionalizante), a integração das atividades de ensino e pesquisa e a ênfase na pós-graduação. Assim, após a unificação das primeiras faculdades e obedecendo a Reforma Universitária, estas faculdades passam a integrar a história da URG e conseqüentemente, todo seu acervo é mantido sob a custódia da instituição recém formada.

de Ensino e Pesquisa (SREP)¹⁷. Dez anos depois, em 1987, a instituição passa à condição de Fundação Pública, com seu funcionamento custeado por recursos da União Federal.

Estes acontecimentos permitiram identificar os primeiros fundos fechados da instituição. No caso da FURG, a priori adotou-se o critério minimalista, por verificar que o sistema político administrativo do país segue uma linha de administração de caráter descentralizadora, similar à instituição.

Embora a Norma Brasileira de Descrição Arquivística - Nobrade tenha sido pensada para utilização em sistemas de descrição automatizados ou não, as vantagens de seu uso são potencializadas em sistemas automatizados. Em sistemas manuais, esta norma pode facilitar posterior passagem dos dados para os sistemas automatizados, colaborando com o intercâmbio nacional ou internacional de dados, como acontece com o software ICA-AtoM.

Tem como pressupostos básicos o respeito aos fundos e a descrição multinível, adotando os seguintes princípios expressos na ISAD(G): descrição do geral para o particular; informação relevante para o nível de descrição; relação entre descrições e a não repetição da informação.

Para estabelecer a hierarquia, a NOBRADE considera a existência de seis principais níveis de descrição: acervo da entidade custodiadora (nível 0), fundo ou coleção (nível 1), seção (nível 2), série (nível 3), dossiê ou processo (nível 4) e item documental (nível 5). A norma também admite como níveis intermediários o acervo da subunidade custodiadora (nível 0,5), a subseção (nível 2,5) e a subsérie (nível 3,5). Na norma, nem todos os níveis precisam ser implementados, porém, o nível 5 (item documental) tem como requisito a existência do nível anterior (dossiê ou processo). Assim, o item documental é entendido como um nível e não como um documento podendo acontecer que um dossiê/processo ser constituído de um único documento.

Também prevê a existência de oito áreas: de identificação; de contextualização; de conteúdo e estrutura; de condições de acesso e uso; de fontes relacionadas; de notas; de controle da descrição e de pontos de acesso e descrição de assuntos. Estas áreas compreendem 28 elementos de descrição e, em relação à ISAD(G), possui mais uma área (de pontos de acesso e descrição de assuntos) e dois elementos de descrição (notas de conservação e pontos de acesso e indexação de assuntos). Dentre os 28 elementos de descrição, existem sete que são obrigatórios: código de referência; título; data(s); nível

¹⁷ Na estrutura da URG existiam na época as sub-reitorias de: Ensino e Pesquisa (SREP), Administrativa (SRA) e de Planejamento e Desenvolvimento (SURPLADE), permanecendo até 1997.

de descrição; dimensão e suporte; nome(s) do(s) produtor(es); e, condições de acesso (somente para descrições em níveis 0 e 1).

Conforme DUCHEIN (1986) foi vinculado ao fundo (nível 1) das faculdades que deram origem à FURG à sua existência jurídica, administrativa e estrutural. Seguidamente, intentou-se estabelecer a seção (nível 2) que precede à série, sendo a subdivisão que reúne documentos produzidos e acumulados por unidade(s) administrativa(s) com competências específicas. Neste caso, a inexistência de orientação ou sinalização das unidades administrativas que produziram ou acumularam os documentos impedem de estabelecer seção no fundo.

Assim, adotou-se a série (nível 3) como subdivisão do fundo (nível 1). As intervenções realizadas anteriormente, nos diversos fundos documentais sob sua custódia, influenciaram a denominação atual das séries. Desta forma, identificava-se o órgão a quem pertencia o documento, mais não o setor que tinha produzido e/ou acumulado (secretaria, tesouraria, departamento). Decidiu-se então adotar uma denominação geral conforme o código de classificação de documentos de arquivo relativos às atividades-meio da Administração Pública e das atividades-fim das Instituições Federais de Ensino Superior, adotados na instituição.

4 A UTILIZAÇÃO DO SOFTWARE LIVRE PARA DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA DE DOCUMENTOS NA FURG

O software livre tem condições de ter maior qualidade do que seus equivalentes fechados, na medida que um maior número de usuários com acesso ao programa e código-fonte, o software será testado melhor e os problemas existentes no código serão encontrados mais rapidamente¹⁸. Neste sentido converte-se numa ferramenta promissora na área Arquivística, ao tratar de metadados para o tratamento de conjuntos documentais arquivísticos. No caso da descrição de documentos arquivísticos existe o ICA-AtoM¹⁹, que permite intercâmbios nos formatos EAD-DTD e Dublin Core.

O ICA-AtoM é um software fundamentado em ambiente *web*, onde sua interação com o sistema é realizada no navegador de Internet do usuário. Desenvolvido com ferramentas de código aberto baseado em padrões para a descrição arquivística, pode ser usado por uma única instituição para sua própria descrição, ou pode ser definido como uma “lista de união”, aceitando descrições de qualquer número de instituições arquivísticas. Foi desenvolvido em torno da Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística - ISAD(G), da Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística

¹⁸ Afirmação de Raymond conhecida como “Lei de Linus” (SABINO e KON, 2009, p. 7). ¹⁹ ICA-AtoM ou *International Council of Archives – Access to Memory*.

para entidades coletivas, pessoas e famílias – ISAAR(CPF) e da Norma Internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico (ISDIAH) do Conselho Internacional de Arquivos (ICA).

Compreende páginas HTML servidas para um navegador de Internet a partir de um servidor de Internet; uma base de dados em um servidor de base de dados; um código de software PHP5 que gerencia os pedidos e respostas entre os clientes de Internet; uma estrutura que organiza as partes componentes usando orientação a objetos e padrões de *web design* (symfony) e o Qubit, desenvolvido pelo projeto e personalizado para desenvolver o aplicativo ICA-AtoM.

Estas características possibilitam que o software seja o suficientemente flexível para acomodar outras práticas baseadas em outras normas de descrição (nacionais ou internacionais). Desta forma, os usuários de outras normas devem ser capazes de utilizá-lo para produzirem resultados que são compatíveis com outros padrões, que inclui a capacidade de: entrar com dados em campos que representem todos os elementos requeridos pela outra norma; interagir (visualizar, editar, pesquisar) com dados em formas estruturadas e rotuladas, de acordo com os termos da outra norma e imprimir e/ou exportar dados em formatos compatíveis com outra norma. Uma vez instalado, fornece uma interface que permite ao administrador de sistema selecionar facilmente suas normas preferidas e alternar entre várias possíveis. Sendo possível gerenciar os dados com métodos adicionais de php e adicionar modelos de interface de usuário (para visualizar e editar telas), utilizando divisões de página e rótulos baseados na estrutura e na terminologia da norma de destino.

O cabeçalho principal do ICA-AtoM possui sete abas que possibilitam a busca por diversos escopos: descrição arquivística, registros de autoridade, instituições arquivísticas, funções, assuntos, lugares e objetos digitais.

Para realizar a descrição, foram utilizados os comandos do segundo menu. Este cabeçalho se refere às ações editáveis: inclusão de descrições arquivísticas, registros de autoridade, instituição arquivística, termo e função. Utilizando o comando descrições arquivísticas, foram inseridos os metadados relacionados ao fundo, baseado na ISAD(G), na área de identificação. As séries foram inseridas como níveis subordinados do fundo, neste caso devendo identificar seu código, o nível e o título. Assim o código seria (AD, AE, AG ou ES), o nível série e o título Assuntos Diversos, Assistência Estudantil, Administração Geral ou Ensino Superior.

O elemento História administrativa/Biografia pertencente à área de contextualização, não é contemplado pelo ICA-AtoM. Desta forma, considera-se relevante a presença deste elemento na medida que as informações colaborarão com o pesquisador favorecendo um maior conhecimento da

série, sendo inserido no campo História Arquivística. O mesmo acontece com o elemento Notas sobre conservação, pertencente à área de notas. Sua inexistência se justifica, pois o elemento não consta na ISAD(G), sendo próprio da NOBRADE. Estas informações foram inseridas no elemento Notas gerais.

O ICA-AtoM permite colocar a observação sobre a versão da descrição, se é final ou rascunho, no final da descrição. Caso seja rascunho, a palavra “draft” aparece junto ao nome do fundo, no perfil do administrador. Para o usuário, descrição em rascunho não é visualizada. Para o registro de autoridade, o software utiliza a ISAAR(CPF). Os registros são a forma autorizada do nome combinados com elementos de informação que identificam e descrevem a entidade e a norma possui quatro áreas: identificação, descrição, relacionamento e controle. Para a descrição da instituição arquivística é utilizada a ISDIAH, que possui seis áreas de descrição: identificação, contato, descrição, acesso, serviços e controle. Assim para descrever uma função, através da ISDF, é necessário estabelecer ligações com as descrições arquivísticas, os registros de autoridade, principalmente.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho teve por objetivo mostrar as ações de gestão, preservação e difusão dos fundos documentais custodiados pela Coordenação de Arquivo Geral da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Para isto foram identificados, arranjados, organizados e descritos os documentos custodiados pela Coordenação de Arquivo Geral referente as primeiras faculdades que deram origem à instituição e dos setores administrativos até 1977. Visando a preservação da memória institucional e o acesso à informação, procurou-se pautá-lo sob a visão arquivística, alicerçada na Política Nacional de Arquivos e aliada às normas de descrição e sua relação com as TICs. A priori adotou-se a visão minimalista para definir o fundo, ao verificar uma linha de administração de caráter descentralizadora, similar à adotada pelo sistema político-administrativo do país.

Utilizou-se a Nobrade e foram disponibilizados através do ICA-AtoM, no website da Coordenação de Arquivo Geral. Desenvolvido com base em normas internacionais de descrição arquivística. Foram estabelecidos os níveis de descrição conforme a NOBRADE: fundo (nível 1), série (nível 3) como subdivisão do fundo (nível 1). Uma das dificuldades encontradas dizem respeito as intervenções realizadas anteriormente no acervo da instituição, devido a isso decidiu-se pela supressão

da seção (nível 2) e na denominação atual das séries. Os níveis 4 (dossiê ou processo) e 5 (item documental) não foram descritos.

Para o nível 3 se decidiu adotar uma denominação geral conforme o código de classificação de documentos de arquivo relativos as atividades-meio da Administração Pública e das atividades-fim das Instituições Federais de Ensino Superior, adotados na Universidade: Administração Geral, Ensino Superior, Assistência Estudantil e Assuntos Diversos. Neste sentido, salienta-se que o tratamento, a descrição documental e a elaboração de instrumentos de pesquisa é um marco no âmbito institucional. Acredita-se que a boa qualidade na descrição de cada fundo arquivístico permitirá que o pesquisador consiga detectar, preliminarmente, a possível existência e a localização de documentos de seu interesse, garantindo o pleno acesso aos documentos.

Se bem o software ICA-AtoM foi projetado em torno das normas internacionais de descrição do ICA, destina-se a ser flexível o suficiente para acomodar outras práticas baseadas em outras normas de descrição (nacionais ou internacionais). No caso da FURG, o software está em fase de análise por parte da Divisão de Suporte do Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI. Atualmente está sendo utilizada a versão 2.3.1 sem nenhuma restrição de espaço de armazenagem, tendo como acesso a URL: http://arquivodigital.furg.br/?sf_culture=pt_BR

Também se constataram diferenças entre a NOBRADE e o ICA-AtoM. Este último não possui os elementos de descrição: História administrativa/Biografia (pertencente à área de contextualização) nem Notas sobre conservação (pertencente à área de notas). Considerando relevante a presença destes elementos, foram inseridos nos campos História Arquivística e Notas gerais, respectivamente. A utilização deste software para descrição de documentos arquivísticos e a difusão dos fundos em ambiente virtual é um marco no âmbito institucional, que permitirá ao pesquisador, detectar, preliminarmente, a existência e localização de documentos de seu interesse, garantindo o pleno acesso aos documentos, bem como sua visualização a través da estrutura do software.

6 REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). CONARQ. Conselho Nacional de Arquivos.

Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo; relativos às atividades-meio da administração pública. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

_____. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

_____. **NOBRADE**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

BATTISTUS, Cleci Terezinha; LIMBERGER, Cristiane; CASTANHA, André Paulo.

Estado militar e as reformas educacionais. In: Educere et Educare. Revista de Educação.

Vol. 1, n° 1, jan-jul. 2006, p. 227-231. Disponível em:

http://www.unioeste.br/cursos/cascavel/pedagogia/revista/EDUCEREetEDUCARE_p_arte_3.pdf

Acesso em 18 dez. 2011.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivística objetos, princípios e rumos**. São Paulo Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002

_____. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 2ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

_____. **Universidade e arquivo**: perfil, história e convergência. In: Trans-in-formação. V.1, n. 3, set/dez 1989. p. 15-28. Disponível em:

<http://www.brapci.ufpr.br/index.php?dd60=0&dd61=ARQUIVO&dd50=301> Acesso em

18 jan 2012.

BRASIL. Lei n° 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm) Acesso em 18 dez. 2011.

COUTURE, Carol; ROUSSEAU, Jean-Yves. **Os fundamentos da disciplina arquivística**.

Lisboa : Dom Quixote, 1998

DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. In: **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 10-14, p. 14-33, 1986. Disponível em:

http://www.aab.org.br/digitalizacao/revistas/V10_14N11982_86.pdf Acesso em 09 jan.

2012.

LOPEZ, Luís Carlos. **A gestão da informação**: as organizações, os arquivos e a informática aplicada. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Rio de Janeiro, 1997.

RAMÍREZ ACEVES, Meriznada. La Archivística: Ciencia o técnica? In: RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel (Org). **Bibliotecología, Archivística, Documentación**: intradisciplina, interdisciplina o transdisciplinariedad. Disponível em:

http://132.248.242.3/~publica/archivos/libros/bibliotecologia_archivistica_documentacion.pdf Acesso em 16 fev. 2012.

SABINO, Vanessa; KON, Fabio. **Licenças de Software Livre: História e características**. 2009. Disponível em: <http://ccsl.ime.usp.br/files/relatorio-licencas.pdf> Acesso em 11 set. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG. **Histórico**. Disponível em: <http://www.furg.br/> Acesso em 30 jul. 2009.

____. Portaria n° 112, de 29 de janeiro de 2008. Disponível em: <http://www.conselho.furg.br/converte.php?arquivo=portarias/2008/janeiro/0112.htm> Acesso em 07 jan. 2012.

____. Resolução n° 35 do Conselho Universitário que dispõe sobre as alterações na estrutura organizacional da Reitoria. Disponível em: <http://www.conselho.furg.br/index.php?id=delibera/consun/index.html#> Acesso em 07 jan. 2012.